PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS OU EXCLUDENTES?[1]

Flávia Junqueira da Silva/SME/flaviajusilva@hotmail.com

Lázara Cristina da Silva/UFU/ lazara_cristina@hotmail.com

Eixo temático 2: Práticas pedagógicas e psicopedagógicas na perspectiva da diferença humana.

Resumo

Analisaremos neste artigo as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores de apoio das salas de aulas com estudantes público da educação especial e com dificuldades de aprendizagem. Com a pesquisa bibliográfica centrada nos estudos de Sanches e Teodoro (2007), Mantoan (2002; 2004), Mousinho *et al.* (2010), Freitas (2013), Farnocchi (2013), Mendonça (2014) e Vianna (2015), os resultados demonstram que o professor de apoio (ou seja lá qual nomenclatura venha a ser considerada para o processo de inclusão do estudante com deficiência e dificuldade de aprendizagem) pode ter uma atuação de prática pedagógica inclusiva ou excludente. No discurso da inclusão, a regra é incluir todos os estudantes considerando e reconhecendo suas diferenças de forma a promover um trabalho que atenda as peculiaridades dos estudantes. No entanto, barreiras em diversas dimensões estão ainda instaladas para o cumprimento dessa regra, como os quesitos de quantidade de alunos por sala, tempo de planejamento dos docentes, formação qualificada dos professores e gestores. Essas barreiras manifestam ações de poder e de interesses direcionados ao que realmente pode ser oferecido diante das circunstâncias que se tem para a efetivação real da inclusão escolar, moldada nos paradigmas da normalidade. Concluiu-se que mesmo que estudos apontem a presença do professor de apoio, ou seja lá qual for sua nomenclatura para o auxílio na mediação pedagógica para o processo de ensino de acesso ao saber aos estudantes com deficiência e dificuldades de aprendizagem, é importante considerar que a prática deste profissional pode ser um risco de fortalecimento das práticas excludentes no interior da sala de aula, quando reforçada a atenção exclusiva ao estudante atendido, segregando-o do contexto da sala de aula. Embora seja por causa do estudante com deficiência e com dificuldade de aprendizagem que este serviço tenha sido ofertada na escola, segundo os estudos apontados neste artigo, sobretudo em sala de aula, não é com a perda da autonomia deste estudante e tão pouco com a referência do processo de aprendizagem centrada na responsabilidade do professor de apoio, que de fato a inclusão vai se efetivar para estes estudantes.

Palavras chaves: Professor de apoio. Educação Especial. Práticas pedagógicas.

[1] Artigo está fundamentado no recorte da pesquisa de mestrado acadêmico em educação da Faced/UFU defendida em julho de 2018 intitulada "As políticas públicas de inclusão e o professor de apoio: desafios na/para a escola contemporânea".

A inclusão escolar para acontecer é necessário ser de forma a atender as necessidades de aprendizagens de todos os estudantes, sejam eles com deficiência ou não, diferentes etnias e culturas, diferentes condições socioeconômicas. Porém, para que de fato, esse processo de inclusão escolar possa ocorrer conforme diretrizes das políticas públicas, é de suma importância compreender os discursos que norteiam as práticas educativas, bem como compreender como se dão o processo de formação inicial e de formação continuada dos profissionais escolares, sobretudo dos docentes.

No atual contexto das políticas neoliberais para o campo educacional, promover o discurso da inclusão de forma imperativa designa promover novas práticas no contexto escolar para atender as demandas implicadas pelo atendimento dos estudantes com deficiência.

Analisaremos neste artigo as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores de apoio das salas de aulas com estudantes público da educação especial e com dificuldades de aprendizagem. São novos sujeitos que em detrimento das novas demandas para o processo escolar surgiram no contexto das políticas públicas, ou pelo menos com indícios de atuação por meio das políticas de inclusão escolar,que entre pontos de vistas antagônicos estão à serviço da inclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar. As nomenclaturas para este cargo ou função na escola são das mais variadas possíveis, mas adotaremos neste artigo a predominância do profissional docente para atuação deste novo papel a serviço da Educação Especial: o professor de apoio.

Análises contrárias ao discurso da inclusão segundo alguns estudos tem sido discutidas. Há pesquisas que valorizam a presença deste profissional como atuante para a promoção da inclusão, mas há pesquisadores que consideram a presença do professor de apoio como uma ação excludente no contexto escolar aos estudantes com deficiência e com dificuldades de aprendizagem. Vejamos a seguir sobre alguns destes estudos.

Segundo Sanches e Teodoro (2007), os resultados da pesquisa realizada com professores de apoio educativo em Portugal revelam que a prática pedagógica destes profissionais não contribui com a inclusão dos estudantes. Para estes pesquisadores, o atendimento individual prestado na carteira ao estudante com deficiência reforça a discriminação deste estudante em detrimento aos demais, prejudicando sua socialização com a turma. Segundo esta pesquisa, a prática descrita segrega o estudante que deveria ser incluído no processo de ensino e aprendizagem na sala de aula regular e contraria o princípio de educação para todos conforme emblema da Declaração de Salamanca.

Mantoan (2004) também defende a ideia de que a prática do professor de apoio em sala de aula é uma forma de discriminação aos estudantes com deficiência, já que esses estudantes tendem a receber adequações para o sucesso na vida escolar. Para a pesquisadora, a prática de atendimento exclusivo ao estudante na sala de aula o exclui do contexto geral das atividades pedagógicas e da convivência com seus pares:

> A presença de professores especialmente destacados para acompanhar o aluno com deficiência nas atividades de sala de aula, servindo como apoio ou mesmo respondendo diretamente pela inserção desse aluno no meio escolar, é uma alternativa de inserção que vem sendo frequentemente utilizada pelos sistemas organizacionais de ensino em todo o mundo. A nosso ver, essa alternativa constitui mais uma barreira à inclusão, pois é uma solução que exclui, que segrega e desqualifica o professor responsável pela turma e que o acomoda, não provocando mudanças na sua maneira de atuar, uma vez que as necessidades educativas do aluno com deficiência estão sendo supridas pelo educador especializado. (MANTOAN, 2004, p. 35).

O desenvolvimento pleno dos estudantes, para além das políticas públicas descritas sob a forma de legislação, requer práticas pedagógicas desenvolvidas conjuntamente por todos os atores envolvidos no processo educativo. Para tanto,a inclusão escolar para que , de fato, possa ser materializada, requer práticas pedagógicas que envolvam todos no cotidiano escolar.

Para atender ao contexto da diversidade do ambiente escolar, segundo Mantoan (2002), é necessário que as unidades escolares se reorganizem numa nova estruturação pedagógica desvinculada dos níveis de ensino, o que demanda aos docentes mudanças de suas perspectivas didáticas para atendimento a todos os estudantes em diferentes níveis de aprendizagem e ritmos de desenvolvimento, sem ações que favoreçam a exclusão escolar.É necessário que haja o reconhecimento das diferenças no contexto da sala de aula e a valorização destas no âmbito escolar.

Para Mantoan (2002, 2004) é necessário, portanto, que os docentes revejam suas condições de ensinar, de planejar, sem a constante homogeneização do ato pedagógico e dos trabalhos pensados de forma única para toda uma turma, uma vez que há muitas formas de aprender e muitas formas de se ensinar. A sala de aula é complexa e as práticas pedagógicas requerem ações complexas nos planejamentos e nas intervenções pedagógicas.

No entanto,Mantoan apresenta críticas à forma de trabalho de maneira dita “inclusiva” por parte dos professores, mas que exclui no seu sentido oposto ao discurso da inclusão. Da mesma forma apresenta críticas das ditas práticas inclusivas das unidades escolares.A autora não apresenta a crítica aos sistemas de ensino e, tampouco,às formas de políticas públicas que favorecem essas realidades que reforçam a exclusão. As próprias

políticas de inclusão ainda são revestidas de um parâmetro de normalidade nos processos de ensino e de aprendizagem, e isto reflete nas práticas dos docentes, sobretudo na singular função de apoio ao estudante público da educação especial, ainda que numa recém-função carregada de dúvidas e incertezas de sua atuação. E, para se ensinar a turma toda de forma diversificada pedagogicamente, como proposto pela autora, a ideologia impregnada na formação de professores e nas políticas de inclusão não pode reforçar em si a discriminação pelas diferenças, mas sim promoverem o reconhecimento das diferenças que constituem os estudantes enquanto sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem.

Referente ao contexto de políticas públicas direcionadas para o atendimento do professor de apoio em sala de aula do ensino regular para os estudantes público da educação especial, ao contrário do posicionamento dos estudos de Mantoan (2004) e de Sanches e Teodoro (2007), os estudos de Mousinho *et al.* (2010), Freitas (2013), Farnocchi (2013), Mendonça (2014) e Vianna (2015), afirmam que as ações desse profissional (professor de apoiou ou profissional com atribuição afim) podem se constituir em práticas inclusivas para o acesso ao saber escolarizado desse público, apesar das dificuldades de se exercê-la na materialidade da inclusão.

Os estudos de Mousinho *et al* (2010) não se especificam ao atendimento para estudantes público da educação especial, mas também a outros estudantes que apresentem algum tipo de dificuldade na aprendizagem por algum comprometimento cognitivo. Estas pesquisadoras denominam este referido profissional de apoio como mediador escolar (pode ser ou professor, ou terapeuta, ou psicólogo, ou pedagogo) e consideram em seus estudos que a atuação do mediador escolar pode ser uma prática não inclusiva se não apresentar uma relação recíproca de planejamento com o professor regente e a escola de forma geral; o trabalho desse profissional poderá reforçar a exclusão de si próprio e do aluno que se pretendia incluir nas ações escolares.

Porém, mesmo que Mousinho *et al.* (2010, p. 95) considere que "[...] o mediador deveria ser encarado como um profissional que assume o papel de auxiliar na inclusão do aluno com deficiência e não o papel de professor principal da criança",para as pesquisadoras o trabalho do mediador escolar, é "benefício" para o estudante, considerando que sua aprendizagem pode ser dificultada sem a presença desse profissional. Ou seja, sem a presença deste serviço pedagógico da educação especial na função do professor de apoio, o processo de inclusão e de acesso ao saber aos estudantes desta modalidade de ensino,tem as barreiras muito mais acentuadas.

A atuação do “professor de apoio à inclusão” é a denominação utilizada nos estudos de Freitas (2013), cujos resultados revelam que o professor de apoio é sujeito fundamental para interagir junto ao professor regente na promoção do processo de ensino e de aprendizagem aos estudantes público da educação especial, sendo parte importante para o processo de sua inclusão. No entanto,a pesquisadora faz uma ponderação das práticas dos professores de apoio ao risco condizente com as práticas de exclusão.

Considera-se nestes estudos que o trabalho interagido entre professor de apoio e professor regente contribui para as práticas de inclusão, quando este professor de apoio atua como auxílio para toda a turma e não somente para o estudante público da educação especial. Mas também considera Freitas (2013) que o trabalho do professor de apoio é um trabalho pedagógico ameaçado pela dificuldade da presença desse professor em sala de aula por parte, muitas vezes, do professor regente.Freitas (2013) concorda com os estudos de Jordão, Jordão e Tartucci (2011, p. 3784) na consideração de que ao se sentirem incomodados com a presença do professor de apoio, os professores regentes dificultam “de alguma forma o entrosamento profissional necessário para um desempenho melhor do aprendizado do aluno com necessidades educativas especiais”.

Farnocchi (2013) também aborda em seu estudo a função do professor de apoio, tendo como foco de pesquisa o Programa de Apoio Pedagógico que foi implantado na rede municipal de ensino de Ribeirão Preto/SP. No estudo de Farnocchi (2013),a atuação do professor de apoio tem a função de atender em parceria com o professor da sala de aula, o estudante com dificuldade de aprendizagem, conforme as diretrizes do Programa de Apoio Pedagógico do município paulista de Ribeirão. Porém, se a atuação deste profissional for de práticas pedagógicas sustentadas nos discursos da diversidade e não no reconhecimento das diferenças dos estudantes atendidos, o professor de apoio reforçará tendência à práticas excludentes e não de inclusão no âmbito escolar.

Embora o eixo central das pesquisas de Mendonça (2014) e Vianna (2015) não seja o professor de apoio, há referência desse profissional enquanto facilitador da inclusão educacional para as pessoas com deficiência.

Mendonça (2014)faz um estudo do processo de escolarização do estudante com deficiência intelectual em escolas publicas do município de Uberlândia sob a atuação do professor regente, professor de AEE e professor de apoio.E sobre a atuação desempenhada pelo professor de apoio em uma das escolas analisadas em sua pesquisa, a autora ressalta que:

> [...] em destaque temos o professor de Apoio, que é o profissional que trabalha diretamente com o aluno com deficiência. Neste caso, ele está todo

> o tempo ao lado do aluno, facultando um melhor entendimento dos conteúdos ministrados na sala de aula pelo professor regente, acompanha também nas aulas de educação física, auxilia-o em todas as tarefas do mesmo dentro da escola. (MENDONÇA, 2014, p. 91).

Na perspectiva do professor de apoio, o referido estudo demonstra que, embora seja pronunciada a importância do trabalho colaborativo entre os docentes (professor regente,professor de AEE e professor de apoio), esse profissional atua como o principal responsável pelo processo de desenvolvimento na escolarização do estudante com deficiência para o qual faz o atendimento. Destaca-se, porém, que deveria ser um auxiliador do professor regente para que este consiga atingir os objetivos da escolarização com esse estudante.

Já Vianna (2015) apresenta o papel do professor de apoio como imprescindível para o atendimento público da educação especial, principalmente aos estudantes com deficiência intelectual ou com autismo. Interessante deste trabalho é que esse professor de apoio é atuante na sala de recursos multifuncionais. No entanto, entre as observações consideradas pela pesquisadora sobre o trabalho colaborativo desse professor de apoio em sala de ensino regular, relata:

> A presença do professor de apoio ao lado dos alunos especiais, como sombra, por vezes é um censor de atitudes. Pois está tão perto, que qualquer ação inadequada será automaticamente inibida, o que não acontece com os outros alunos, que pegam o celular e usam por baixo da mesa, fazem gracinhas, falam baixinho coisas inconvenientes, ações que passam sem a percepção do professor regente, e que se constituem como atitudes normais de adolescente. (VIANNA, 2015, p. 133).

Na perspectiva do professor de apoio, os estudos de Mousinho *et al.* (2010), Freitas (2013), Farnocchi (2013), Mendonça (2014) e Vianna (2015) demonstraram que, embora seja pronunciada a importância do trabalho colaborativo entre professor regente e professor de apoio, ainda assim há o risco de que a prática do professor de apoio em sala de aula possa ocorrer de forma escorregadia aos rumos da exclusão, ao invés de incluir de fato, conforme seja o objetivo de sua atuação.

No discurso da inclusão, a regra é incluir todos os estudantes considerando e reconhecendo suas diferenças de forma a promover um trabalho que atenda as peculiaridades dos estudantes. No entanto, barreiras em diversas dimensões estão ainda instaladas para o cumprimento dessa regra, como os quesitos de quantidade de alunos por sala, tempo de planejamento dos docentes, formação qualificada dos professores e gestores. Essas barreiras manifestam ações de poder e de interesses direcionados ao que realmente pode ser oferecido diante das circunstâncias que se tem para a efetivação real da inclusão escolar, moldada nos paradigmas da normalidade. Ocorre que a preocupação do processo de ensino e de

aprendizagem se baseia no perfil homogeneizado de programação curricular e de avaliação, desconsiderando as especificidades destes estudantes no contexto escolar.

Para a materialização do discurso da inclusão de fato, os custos financeiros para englobar a dimensão desse discurso inclusivo dificultam as questões necessárias para a efetivação das políticas públicas. Devido interesses do sistema capitalista, estas questões são presentes e inibem o que de fato deveria ser inclusão.

A materialidade do discurso da inclusão se esbarra na demanda de investimento na formação inicial e continuada do professor, nas mudanças atitudinais das pessoas sobre as condições de aprendizagem das pessoas com deficiência e com dificuldades de aprendizagem, nas condições materiais e de recursos humanos, garantidas em lei, para o apoio em que se fizer necessário o atendimento dos estudantes com deficiência na escola, conforme previsto em legislação. Mesmo que estudos apontem a presença do professor de apoio, ou seja lá qual for sua nomenclatura para o auxílio na mediação pedagógica para o processo de ensino aos estudantes com deficiência e dificuldades de aprendizagem, é importante considerar que a prática deste profissional pode ser um risco de fortalecimento das práticas excludentes no interior da sala de aula, quando reforçada a atenção exclusiva ao estudante atendido. Embora seja por causa do estudante com deficiência e com dificuldade de aprendizagem que este serviço tenha sido ofertado na escola, sobretudo em sala de aula, não é com a perda da autonomia deste estudante e tão pouco com a referência do processo de aprendizagem centrada na responsabilidade do professor de apoio, que de fato a inclusão vai se efetivar para estes estudantes.

REFERÊNCIAS:.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Unesco, Jontiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre as necessidades Educacionais Especiais**. Brasilia: CORDE, 1996.

FARNOCCHI, N. G**. Programa de Apoio Pedagógico:** a política do segundo professor na visão dos profissionais. 163f. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, USP, Ribeirão Preto, 2013. Disponível em: https://sucupira.Capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=915390. Acesso em: 25 maio 2017.

FREITAS, Adriana de Oliveira. **Atuação do Professor de Apoio à Inclusão e os Indicadores de Ensino Colaborativo em Goiás**. 123f. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, UFG, Catalão, 2013. Disponível em: https://sucupira.Capes.gov. br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao. jsf?popup=true&id_trabalho=91352. Acesso em: 25 maio 2017.

JORDÃO, U. V; JORDÃO, M. L. V; TARTUCCI, D. Discurso dos professores de apoio do estado de Goiás *In*: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em educação especial, 7., 2011, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2011. p. 3775-3787. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/ pages/arquivos/anais/2011/politicas/347-2011.pdf. Acesso em: 23 mar. 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a turma toda:** as diferenças na escola. 2002. Disponível em: http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Blog_Curso_de_ Extensao_Direito_a_Diferenca/3%C2%BAModulo/Ensinando%20a%20Turma%20 Toda%20-%20As%20Diferen%C3%A7as%20na%20Escola.pdf. Acesso em: 21 nov. 2017.

MANTOAN, M. T. E. Uma Escola de Todos, Para Todos e com Todos: o Mote da Inclusão. *In*: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **educação especial em Direção da Educação Inclusiva**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 27-40.

MENDONÇA, A. A. D. S. **Escolarização de crianças com deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamenta**l. 209f. 2014. Dissertação (mestrado) – Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, Uniube. Uberaba, 2014. Disponível em: https://sucupira.Capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabal hoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2084228. Acesso em: 24 maio 2017.

MOUSINHO, R.*et al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. Psicopedag.**, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2017.

SANCHES, I; TEODORO, A. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 20, n. 2, p. 105-149, 2007.

SILVA, F. J. da.**As politicas de inclusão e o professor de apoio:** desafios na/ para a escola contemporânea. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: https:// repositorio.ufu.br/handle/123456789/22453. Acesso em: 11 dez. 2018.

SILVA, F. J. da. Tendências neoliberais nas formulações de políticas públicas no contexto da educação especial. *In*: Simpósio Internacional O Estado E As Políticas Educacionais No Tempo Presente, 8., 2016, Uberlândia. **Anais [...].** Uberlândia: Faced/UFU, 2016. p. 1456-1469. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/anais_do_viii_simposio_inte rnacional_o_estado_e_as_politicas_educacionais_no_tempo_presente_.pdf. Acesso em: 07 jan. 2017.